

Ata da reunião com Líder do governo na câmara e representantes das Entidades Fenasps e CNTSS.

Aos 08 dias do mês de Julho do ano de 2009 reuniu-se no Gabinete do Líder do Governo, na câmara, de um lado e as entidades representativas dos servidores do INSS, CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social e FENASPS – Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social e um grupo de parlamentares Deputados Henrique Fontana (PT) Maurício Rands (PT) e Paulo Rocha(PT), Mauro Nazif (PSB) e Washington Luiz (PT).

A reunião teve como objetivo abrir um canal de diálogo com a finalidade de por fim ao movimento grevista iniciado em 16/06/2009 pelos servidores do INSS sob alegação de descumprimento do Termo de Acordo, firmado em 16/07/2008, resultante das negociações entre Governo Federal e as entidades sindicais representativas dos servidores da Carreira do Seguro Social.

O líder do Governo iniciou fala no sentido de colaborar no processo de interlocução entre as entidades representativas e o governo Federal. Informou que depois de recebido o pleito das entidades entrou em contato com setores do governo para verificar quais pontos teriam margem para discussão. Os pontos assinalados pelas duas entidades CNTSS/CUT e FENASPS são os seguintes:

1-Não redução do Salário para os servidores que optarem pela jornada de 30 horas semanais.

2-Direito de opção para os servidores do INSS que ainda não estão na carreira do Seguro Social;

3-Discussão sobre o impacto da Gratificação variável (GDASS) na remuneração do servidor.

4-Realização de Concurso Público.

5-Aumento do Vale Refeição.

6-Revogação imediata da Resolução INSS/65/2009 que trata da Jornada de trabalho.

7-Reversão do código 28 para 95 e não desconto dos dias parados.

8-Reversão das Multas impostas aos sindicatos pelo poder Judiciário.

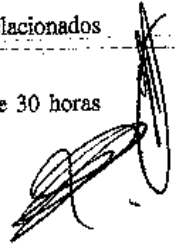
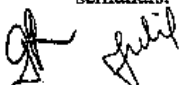
9-Retirada do PL 248/98 que trata, dentre outras coisas, sobre demissão sobre insuficiência por desempenho.

As duas entidades de maneira geral abordaram o mesmo conteúdo dos itens elencados.

O líder do Governo Henrique Fontana após contatos com diversas esferas do governo explanou sobre os pontos apresentados e a os avanços no processo de diálogo.

O governo reafirma o compromisso da discussão dos itens a seguir relacionados inclusive o adiamento da implantação do ponto eletrônico até 30/09/2009:

1 - Sobre a redução do salário dos servidores que optarem pela jornada de 30 horas semanais.



R- Será observado pelo governo o princípio constitucional da irredutibilidade do salário a estes servidores, referente ao mês de maio de 2009.

2 - Direito de opção aos servidores do INSS que ainda não optaram pela carreira do Seguro Social.

R - O Governo Federal já encaminhou Projeto de Lei nº 5.245 de Maio de 2009 que reabre o prazo de opção a esses servidores. Está assegurado por acordo de líderes na Câmara Federal a votação na primeira quinzena de agosto/2009.

3 - Impacto da Gratificação de Desempenho na Remuneração.

R- O governo é sensível ao impacto que tem a parcela variável na remuneração dos servidores, no entanto, a discussão deste tema está circunscrito ao Grupo de trabalho previsto na cláusula 4ª do Acordo firmado em 10/7/2008 que tratará sobre a carreira do seguro social, tentando buscar um melhor ponto de equilíbrio entre a parcela variável e a fixa.

4 - Realização de Concurso Público.

R - O governo informou que desde 2003 o INSS vem realizando concurso público para recomposição da sua força de trabalho como parte da política do governo Lula na reconstrução do Estado Brasileiro. O governo se compromete a medida das necessidades a chamar os aprovados em concurso vigente ou realizar concurso público, se necessário.

5 - Aumento do Vale Refeição.

R - Este pleito não faz parte desta discussão na medida que impacta todas as carreiras do Poder Executivo.

6 - Revogação imediata da Resolução INSS/65/2009 que trata da Jornada de trabalho.

R - O Governo reitera seu compromisso de dar continuidade ao Grupo de trabalho que será instalado no INSS nos termos da cláusula 5ª do Termo de acordo firmado entre as entidades sindicais e o governo.

7 - Reversão do código 28 para 95 e não desconto dos dias parados.

R - Esta discussão está circunscrita na esfera do judiciário tendo em vista decisão do STJ sobre a natureza da greve.

8 - Reversão das Multas impostas ao sindicatos pelo poder Judiciário.

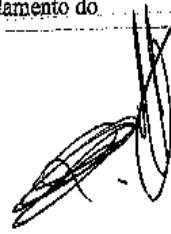
R - Os parlamentares presentes na reunião se comprometem junto às partes envolvidas no conflito judicial, a trabalhar para buscar uma composição para superar as questões abordados nos itens 7 e 8.

9 - Retirada do PL 248/98.

R - O líder do governo e os deputados se comprometem a acompanhar o andamento do PL para tratar da sua retirada.

10 - Os Grupos de Trabalho deverão discutir os pontos abaixo, dentre outros:

Jornada de trabalho;






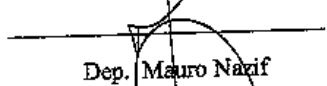
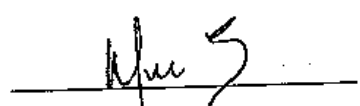


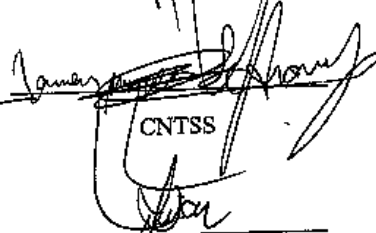
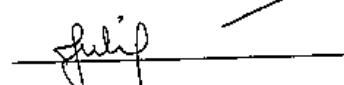
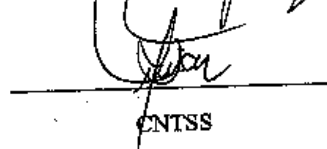
Aglutinação e atribuições de Cargos;

Condições de trabalho;

Concurso Público;

Crerios de avaliação de desempenho;

Esta Ata ser4 submetida aos f4runs das entidades de classe.

 Dep. Henrique Fontana	 Dep. Paulo Rocha
 Dep. Maurício Rands	 Dep. Mauro Nazif
 Dep. Washington Luiz	 FENASPS
JANIRA ROCHA  FENASPS	 CNTSS
 CNTSS	 CNTSS